

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

LEI N.º 840/2003

Araguatins/TO, 23 de dezembro de 2003.

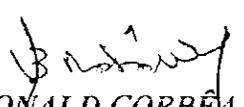
*“Institui o Regulamento do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel - TÁXI e dá outras providências.”*

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

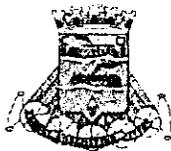
**Art. 1º**- Fica Instituído o Regulamento do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel - TAXI, do Município de Araguatins, consoante Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE ARAGUATINS**, aos 23 dias do mês de dezembro de 2003.

  
**RONALD CORRÊA DA SILVA**  
Prefeito

  
**JOSENILDO MARQUES AMADO**  
Secretário de Administração e  
Coordenação Geral



**ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

**ANEXO ÚNICO À LEI Nº 840. DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.**

**REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE  
PASSAGEIROS EM AUTOMÓVEL DE ALUGUEL - TÁXI.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A exploração do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel - TÁXI, bem assim a fixação de pontos ou locais para estacionamento, reger-se-ão por este Regulamento, atendidas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e demais legislações pertinentes.

**Parágrafo único.** O serviço de transporte a que se refere este artigo constitui serviço de interesse público e somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, que outorgará o Termo de Permissão, nas condições deste Regulamento.

**Art. 2º** Compete à Superintendência Municipal de Trânsito, a coordenação, e a fiscalização do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel - TÁXI, a fixação dos pontos de estacionamento, a aplicação de penalidades aos permissionários e aos condutores infratores, bem como a expedição de instruções complementares a execução deste Regulamento.

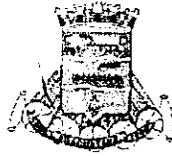
**CAPÍTULO II  
SEÇÃO I  
DAS PERMISSÕES**

**Art. 3º** O Termo de Permissão para explorar os serviços ora regulamentados, só poderá ser outorgado:

- I - à pessoa jurídica, legalmente constituída sob a forma de empresa;
- II - à pessoa física, motorista profissional autônomo, ou aos seus sucessores.

**Art. 4º** Os automóveis a serem cadastrados para o serviço de que trata este Regulamento, só serão dirigidos por motoristas devidamente inscritos no Cadastro de Permissionários de Táxi - PERMITAX e no Cadastro de Condutores de Táxi - CONDUTAX, da SMT.

**Art. 5º** A permissão será concedida a título precário, outorgada por Decreto, nos termos do art. 96, § 1º, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 759/2001.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

*Parágrafo único.* Os Termos de Permissão serão revogados a qualquer tempo, no caso de transgressão de alguma norma deste Regulamento, sem que caiba aos permissionários o direito a qualquer indenização, nos termos do § 2º do art. 96 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 6º** As permissões somente poderão ser transferidas, a critério da SMT, nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 8º e no art. 36, deste Regulamento.

**Art. 7º** O Termo de Permissão consignará, obrigatoriamente, se a categoria do táxi, refere-se a:

I - categoria popular.

**Art. 8º** O Termo de Permissão será cancelado a requerimento do Permissionário, ou pelos seguintes motivos:

- I - quando ocorrer o falecimento do interessado;
- II - quando ocorrer a dissolução da empresa permissionária;
- III - nas hipóteses previstas no Capítulo X, deste Regulamento.

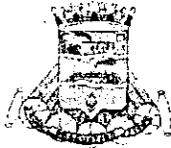
*Parágrafo único.* Na hipótese do inciso I, deste artigo, admite-se a transferência da permissão aos sucessores, desde que satisfaçam as condições legais e regulamentares.

SUB-SEÇÃO I  
DA PESSOA JURÍDICA

**Art. 9º** O responsável da pessoa jurídica que pretender a permissão, deverá, preliminarmente, promover através de formulário especial, sua inscrição no Cadastro de Empresas de Táxis (EMPRETAX), da SMT, preenchidas as seguintes exigências:

- I - oferecer prova de estar legalmente constituída sob forma de empresa;
- II - possuir capital social realizado ou integralizado, correspondente, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do valor da frota;
- III - dispor de sede e escritório neste Município;
- IV - apresentar certidão negativa fornecida pelos Cartórios Distribuidores, Civil e Criminal e dos Cartórios de Protestos desta Comarca, relativo a cada um dos socios e, no caso de sociedade anônima, apenas dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V - apresentar outros documentos que vierem a ser exigidos por legislação ou ato administrativo pertinente.

*Parágrafo único.* No caso do item IV, será negada a inscrição se constar condenação não cumprida.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

- I - por crime doloso;
- II - por crime culposo, se reincidente, num período de 3 (três) anos.

**Art. 10.** O Termo de Permissão será outorgado à empresa que, devidamente inscrita nas condições do artigo anterior, ao apresentar seu requerimento através de formulário especial, comprove ser:

I - proprietário de, no mínimo, 2 (dois) veículos de aluguel, não podendo exceder a proporção de 10%(dez por cento) do número de veículo em relação a frota total da cidade, devendo os que ainda não estejam licenciados como táxi, possuírem no máximo 05 anos;

II - proprietário ou dispor de uso de terreno com área mínima de 360 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), contendo edificações destinadas a estacionamento de veículo e instalações de obras do Município;

III - inscrição no cadastro de finanças do Município.

**SUB-SEÇÃO II**  
**DA PESSOA FÍSICA**

**Art. 11.** Para os efeitos deste Regulamento, considerar-se-á pessoa física, o motorista profissional autônomo, proprietário, co-proprietário ou promitente comprador de veículo próprio para aluguel.

*Parágrafo único.* A pessoa física não pode ter mais de uma permissão.

**Art. 12.** A liberação da permissão à pessoa física, dar-se-á quando a mesma preencher as seguintes condições:

- I - não manter vínculo empregatício com o serviço público;
- II - estar inscrito no cadastro de permissionários de táxi, da SMT;
- III - estar quite com o serviço militar (homem);
- IV - estar quite com a Fazenda Pública Municipal;
- V - apresentar prova de exame de sanidade física e mental, através de atestado médico com até 30 (trinta) dias de emissão;
- VI - comprovar o recolhimento, aos cofres municipais da taxa estipulada para a outorga da permissão;
- VII - estar inscrito no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS como autônomo.

**Art. 13.** Não será liberada a permissão a candidato que teve o respectivo termo cassado anteriormente, ou o seu registro de condutor auxiliar.

**Art. 14.** Ocorrendo invalidez ou incapacidade que impossibilite a prestação de serviço, devidamente comprovada pelo INSS, o motorista profissional autônomo poderá indicar outro condutor para dirigir o veículo de sua propriedade, enquanto perdurar a inatividade.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

**Art. 15.** Além da satisfação das exigências que lhe são impostas por este Regulamento, compete, ainda, ao permissionário:

I - dirigir pessoalmente o veículo, perfazendo jornada mínima de 08 (oito) horas ao dia, após o que poderá entregar o veículo a um condutor preposto, devidamente inscrito na SMT;

II - manter atualizado o registro de condutor;

III - manter atualizadas as informações sobre o comportamento do preposto que estiver dirigindo veículo de sua propriedade.

**Parágrafo único.** Ao motorista profissional autônomo ocupante de cargo de direção ou representação, enquanto durar o seu mandato junto ao sindicato da categoria, será permitido entregar a condução do veículo a um preposto seu.

CAPÍTULO III  
SEÇÃO I  
DO CONDUTOR DE TÁXI E DA SUA INSCRIÇÃO NO CADASTRO

**Art. 16.** Para conduzir táxi a serviço, é obrigatória a prévia inscrição no Cadastro de Condutores de Táxis (CONDUTAX).

**Parágrafo único.** Após sua inscrição no CONDUTAX, o condutor auxiliar poderá dirigir qualquer veículo de aluguel - taxi desta cidade, bastando-lhe a autorização expressa do respectivo permissionário.

**Art. 17.** Para obter inscrição no CONDUTAX, deverá o interessado preencher formulário próprio, anexando:

I - prova de habilitação profissional para dirigir veículo;

II - prova de exame de sanidade física e mental, através de atestado médico com até 30 (trinta) dias de emissão;

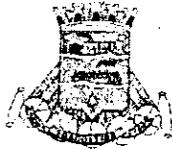
III - prova ou declaração de residência no Município;

IV - Certidão Negativa dos Cartórios Criminais desta Comarca e da Comarca onde morou nos últimos três anos;

V - duas fotografias recentes, tamanho 3x4 (três por quatro);

VI - outros documentos que vierem a ser exigidos por legislação ou ato administrativo pertinente;

VII - estar inscrito no INSS como autônomo;



**ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

§ 1º No caso do item IV deste artigo, será negada a inscrição caso conste condenação sem cumprimento da pena:

- I - por crime doloso;
- II - por crime culposo, se reincidente.

§ 2º Para efeitos deste Regulamento, considerar-se-á residência do interessado a que constar do documento exigido para inscrição no CONDUTAX, sendo obrigatória a comunicação e comprovação de qualquer mudança.

**Art. 18.** A inscrição no Cadastro de Condutores de Táxi - CONDUTAX será renovada quando vencer o prazo de vigência do exame de sanidade do motorista inscrito, e/ou a cada 02 (dois) anos, conforme determinação da SMT.

*Parágrafo único.* Não sendo revalidada até 30 (trinta) dias, a contar, em cada caso, da data fixada para vencimento ou da determinada pela SMT, a inscrição ficará automaticamente suspensa e após 90 (noventa) dias da suspensão, será cancelada.

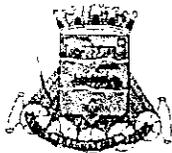
**SEÇÃO II  
DO REGISTRO DE CONDUTOR**

**Art. 19.** É obrigatório o prévio registro na SMT do condutor que irá dirigir táxi para:

- I - empresa;
- II - motorista profissional autônomo declarado inválido ou incapaz pelo INSS, enquanto perdurar a inatividade;
- III - espólio do motorista profissional autônomo;
- IV - viúva do motorista profissional autônomo;
- V - herdeiros do motorista profissional autônomo, até que todos eles tenham adquirido plena capacidade civil;
- VI - motorista profissional autônomo e de arrendatário, quando interessar, após o cumprimento da jornada de trabalho de 08 (oito) horas/dia.

**Art. 20.** O pedido de registro de condutor far-se-á através de formulário próprio, firmado pelo interessado ou por seu procurador, instruído com fotocópia da autorização do permissionário para quem irá trabalhar.

§ 1º No caso a que se refere o item II do artigo anterior, deverá ser anexado, também, comprovante expedido pelo INSS, relativo a invalidez ou incapacidade do motorista profissional autônomo.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

§ 2º Nas hipóteses dos itens III, IV e V do art. 19, o pedido deverá ser instruído, ainda, com documento comprobatório, expedido pelo Juízo competente.

**Art. 21.** Registro de condutor consistirá na autorização lavrada em papeleta ou cartão expedido pela SMT, com características próprias, adotadas para esse fim.

**Art. 22.** A baixa do registro de condutor será feita mediante requerimento firmado pelo interessado ou por seu procurador, anexando-se o cartão de identificação e o cartão de registro.

*Parágrafo único.* A proibição para um novo registro de condutor-preposto dependerá da existência de faltas cometidas pelo mesmo, e/ou quando houver denúncias comprovadas feitas pelos usuários, permissionários, a critério da SMT.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS VEÍCULOS**

**Art. 23.** Os veículos a serem utilizados no serviço definido neste Regulamento deverão ser da espécie automóvel, dotado de 2 (duas), ou 04 (quatro) portas, regularmente inscritos, em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, tudo comprovado através de vistoria prévia, promovida pelo setor competente da SMT.

**Art. 24.** As empresas poderão instalar sistema de controle pelo rádio nos seus veículos, desde que autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

§ 1º A Estação de Rádio localizada no Município de Araguatins, não poderá operar com veículos de outros Municípios.

§ 2º Os pontos de Rádio Táxis, são privativos de cada empresa ou permissionário autorizado para o local.

**Art. 25.** Os veículos de aluguel deverão ser dotados de:

- I - caixa luminosa, com a palavra táxi;
- II - cartão de identificação do proprietário ou do condutor;
- III - inscrição do número da permissão, nas dimensões aprovadas pela SMT, nas portas dianteiras do veículo.

§ 1º No cartão de identificação constará:

- I - fotografia, carimbada pela SMT, de quem estiver dirigindo o veículo;
- II - nome do motorista e número do seu prontuário no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN;



ESTADO DO TOCANTINS  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

III - marca do veículo e número de sua placa;

IV - número dos telefones da SMT.

§ 2º Quando o veículo não pertencer a quem o estiver dirigindo, além do cartão de identificação do condutor, será exigida também a autorização do permissionário.

§ 3º O cartão de identificação e a tabela das tarifas deverão ser afixados em lugar visível, na parte interna do veículo.

**Art. 26.** Os veículos de aluguel - táxi não poderão ter alterações nas suas características, sendo também vedada a colocação de enfeites, decalques, inscrição e acessórios não previstos em lei.

**Art. 27.** Os permissionários já em exercício, poderão utilizar veículos com até 08 (oito) anos de fabricação, desde que os mesmos se submetam a uma vistoria técnica no setor competente da SMT, a cada 6 (seis) meses.

**Parágrafo único.** Os permissionários já em exercício terão o prazo de 24 meses para se adequarem à presente Lei.

**Art. 28.** O veículo que o permissionário pretender cadastrar na SMT, no caso de substituição, deverá ser aprovado em vistoria, a fim de serem verificadas as condições mecânicas, elétricas, de chapeação, de pintura, bem como, requisitos básicos de higiene, segurança, conforto e estética.

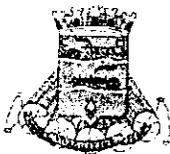
**Art. 29.** A critério do Superintendente da SMT, poderá ser concedido prazo máximo de 60 (sessenta) dias para correção de defeitos no veículo, desde que não comprometa a segurança do mesmo.

**Art. 30.** O prazo fixado no artigo anterior poderá ser dilatado até 90 (noventa) dias, no caso de grandes avarias no veículo.

**CAPÍTULO V**  
**DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

**Art. 31.** O Termo de Permissão é o documento pelo qual é autorizada a utilização do veículo para prestação do serviço definido neste Regulamento.

**Art. 32.** Novas permissões somente serão expedidas para veículos com até 03 anos de fabricação, aprovados previamente em vistoria e após o interessado exibir comprovante de haver preenchido os requisitos constantes dos artigos 10, 23 e 25, quando se tratar de empresa, e dos artigos 11, 12, 23 e 25, quando diz respeito a motorista profissional autônomo.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

I - novas permissões só serão emitidas obedecendo a proporção de 1(uma) permissão para cada 2.000 (dois mil) habitantes, em conformidade com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ou de acordo com pesquisas realizadas pela AMTT;

II - as pessoas jurídicas não poderão ser permissionárias de mais de 49%(quarenta e nove por cento) do número total de permissões existentes no Município de Palmas.

**Art. 33.** O Termo de Permissão deverá conter, além de outros dados convenientes a sua perfeita caracterização, o seguinte:

I - os dizeres *Prefeitura de Araguatins*;

II - nome e sigla da Superintendência Municipal de Trânsito SMT;

III - número de ordem e data em que foi expedido;

IV - nome do proprietário do veículo e seu endereço;

V - número do registro, prontuário do motorista profissional autônomo, constante da sua Carteira Nacional de Habilitação;

VI - local ou ponto de táxi designado pelo número, situação e categoria, quando for o caso;

VII - mês e ano do vencimento da permissão.

**Art. 34.** A permissão tem caráter pessoal, permitindo-se a transferência do direito conferido, apenas nos casos previstos neste Regulamento.

**Art. 35.** A transferência da permissão somente será autorizada:

I - nos casos de sucessão, fusão ou incorporação de empresa concessionária ou permissionária do serviço;

II - quando ocorrer a morte do motorista profissional autônomo, detentor da permissão;

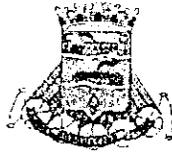
III - nos casos de incapacidade ou invalidez permanente do motorista permissionário autônomo, declarada pelo INSS;

IV - nos casos de incapacidade declarada pelo Poder Judiciário;

V - para outro motorista profissional autônomo, não permissionário, que preencha as condições legais, caso em que o novo termo será intransferível pelo prazo de 2 (dois) anos, contados de sua expedição.

VI - para empresa permissionária desde que satisfaça as exigências constantes nos art. 9º e 10, caso em que o novo Termo será intransferível pelo prazo de 2 (dois) anos.

**Parágrafo único.** Nas situações previstas nos incisos II, III e IV deste artigo, far-se-á a transferência:



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

- I - para espólio, comprovado o óbito;
- II - para o representante legal do permissionário incapacitado ou inválido;
- III - para quem for designado, através de decisão judicial, a representar o incapaz.

**Art. 36.** A transferência da permissão somente será autorizada nas hipóteses descritas no artigo anterior, e após o cumprimento das seguintes exigências:

- I - os sucessores satisfaçam as condições legais e regulamentares;
- II - o interessado apresente requerimento, instruído com elementos que comprovem o preenchimento de todas as exigências previstas nos artigos 10, 11, 17, 23 e 25, deste Regulamento;
- III - o interessado apresente os seguintes documentos:
  - a) Termo de Permissão em vigor expedido em nome do permissionário cedente;
  - b) fotocópia autenticada do verso e anverso do certificado de propriedade do veículo;
  - c) original ou fotocópia autenticada do certificado de regularidade de situação expedida pelo INSS, quando se tratar de empresa;
  - d) documento comprobatório da incapacidade ou invalidez permanente do motorista permissionário autônomo, fornecido pelo INSS, quando for o caso;
  - e) documento comprobatório da incapacidade declarada pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
  - f) laudo de vistoria aprovado pela comissão técnica designada pela SMT.

**Art. 37.** Para os casos não especificados no art. 35, a critério exclusivo da SMT, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste Regulamento, para a legalização das situações irregulares relacionadas com as transferências das permissões.

*Parágrafo único.* O requerimento obedecerá ao modelo padronizado pela SMT, e será instruído com os documentos exigidos para a outorga do Termo de Permissão.

**Art. 38.** Equipara-se a venda do veículo a procuração pública outorgada pelo proprietário para proceder a sua alienação, quando de seus termos inferir-se mandato em causa própria.

**Art. 39.** Será revogado o Termo de Permissão se a transferência não for requerida no prazo definido pelo art. 37, excetuando-se os casos especificados no art. 35.

**Art. 40.** Atendidas as formalidades estabelecidas neste Regulamento, será procedido o cancelamento do Termo de Permissão anterior e expedido novo Termo em nome do cessionário ou sucessor na propriedade do veículo, consignando-se o restante do seu prazo de validade.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

**Art. 41.** A renovação da permissão deverá ser solicitada quadrienalmente, observados os prazos e demais requisitos fixados neste Regulamento.

**Parágrafo único.** A renovação da permissão se dá por emissão de Alvará de Regularidade, observadas as exigências da SMT em consonância com as normas deste Regulamento.

**Art. 42.** Somente poderá ser renovado o Termo de Permissão:

- I - de veículos pertencentes a empresa permissionária;
- II - de apenas 01 (um) veículo de cada motorista profissional autônomo.

**Art. 43.** O pedido de renovação do Termo de Permissão deverá ser instruído com os seguintes documentos:

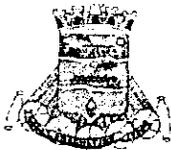
- I - cartão de permissionários relativo ao período anterior;
- II - Certidão de Regularidade com o INSS, quando empresa;
- III - Certidão Negativa de Tributos Declarados;
- IV - taxa de expediente;
- V - quitação sindical;
- VI - prova de que sua inscrição e obrigações para com o INSS estão em dia.

**Art. 44.** Recolhida a taxa devida junto à Secretaria Municipal de Finanças, proceder-se-a a vistoria do veículo, por uma comissão técnica composta de, no mínimo, três membros, designados por ato do Presidente da SMT.

**Art. 45.** O veículo que não atender as condições mecânicas, elétricas, de chapeação, de pintura, bem como requisitos básicos de higiene, segurança, conforto e estética, terá seu Termo de Permissão suspenso e seu taxímetro selado, de forma a impedir a sua circulação, até que sejam atendidas as exigências feitas pelos peritos e liberado em nova vistoria.

**Parágrafo único.** Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a autoridade competente mandará relacionar os reparos ou reformas exigidos, em papel timbrado, expedidos em 2 (duas) vias, uma das quais será entregue ao condutor do veículo, permanecendo a outra em poder da autoridade, para posterior verificação do cumprimento das exigências feitas.

**Art. 46.** A renovação do Termo de Permissão que for solicitada até o último dia útil do mês seguinte ao do vencimento do prazo de sua validade, instruído o pedido com os documentos enumerados no art. 44, sujeitará o interessado ao pagamento das taxas cabíveis, acrescidas de importância correspondente a 10 (dez) UFIR's, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

*Parágrafo único.* Expirado o prazo de tolerância referido neste artigo, o Termo de Permissão caducará automaticamente, perdendo sua validade.

**Art. 47.** Ocorrendo a caducidade do Termo de Permissão, o interessado, sem direito a qualquer indenização ou privilegio, poderá pleitear, em igualdade de condições com outros interessados, nova outorga de permissão, desde que satisfaça as exigências deste Regulamento.

**Art. 48.** A liquidação da empresa ou cessação definitiva de suas atividades importará na caducidade dos Termos de Permissão relativos aos veículos da frota.

**Art. 49.** Não será expedido alvará de regularidade ou renovado o Termo de Permissão, se o condutor autônomo ou a empresa estiver em débito com o Município por tributos relativos ao veículo ou ao serviço permitido.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS PONTOS DE TÁXIS**

**Art. 50.** Os pontos de táxis serão instituídos a título precário, por ato próprio do Superintendente da SMT, atendendo as conveniências do transporte e a estética da cidade, com especificação da categoria dos pontos, a localização e números de ordem, bem assim dos tipos e quantidade máxima de veículos que neles poderão estacionar.

*Parágrafo único.* O requerimento para os pontos de táxis, poderá ser feito, também pelo sindicato da categoria a SMT, nos termos deste Regulamento.

**Art. 51.** Os pontos de táxis serão de duas categorias:

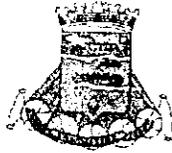
I - privativos;

II - rotativos.

§ 1º Os pontos privativos destinam-se exclusivamente ao estacionamento dos táxis que possuam os respectivos alvarás de estacionamento.

§ 2º Os pontos rotativos poderão ser utilizados por qualquer táxi, observada a quantidade de vagas fixadas.

**Art. 52.** Qualquer ponto de táxi poderá a todo o tempo e a juízo da SMT, ser extinto, transferido, modificado o número de ordem, bem assim reduzido ou ampliado o limite de veículos autorizados para o estacionamento, sem que caiba aos interessados qualquer direito.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

*Parágrafo único.* No caso de redução do número de veículos, serão transferidos aqueles que contarem com menor tempo de fixação no ponto de táxi.

**Art. 53.** A SMT poderá autorizar a transferência de veículo de ponto de táxi, para outro privativo, desde que haja a vaga, a requerimento do permissionário ou do sindicato da categoria, atendendo preferencialmente, ao que comprovar ter mudado de residência para as proximidades do ponto.

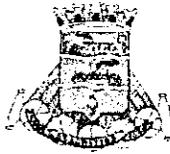
*Parágrafo único.* Quando requerida, a transferência poderá ser concedida para outro ponto em que haja a vaga, mediante recolhimento da taxa própria e, se determinada ex-officio, dar-se-á independentemente de qualquer pagamento.

**Art. 54.** A SMT poderá instituir estacionamentos privativos especiais, estabelecendo condições para os veículos, notadamente quanto ao tipo, capacidade, ano de fabricação e outras características diferenciadoras do veículo.

**Art. 55.** Os permissionários e condutores de veículos deverão organizar-se e empenhar-se no sentido de manter, nos pontos de taxis, ordem, disciplina e obediência as normas legais e regulamentares.

**Art. 56.** Nos pontos de taxis privativos, pela maioria de seus respectivos permissionários, poderá ser estabelecido regulamento próprio, que entrará em vigor a partir de sua aprovação pela SMT e ao qual estarão sujeitos os que estiverem vinculados ao ponto, mediante a intermediação do sindicato da categoria, ressalvados aqueles em que essas normas já estiverem estabelecidas pela SMT.

**Art. 57.** Qualquer ato de indisciplina, perturbação da ordem e desobediência aos dispositivos legais, regulamentares, ou alteração das características originais do ponto, implicará na aplicação de penalidades cabíveis aos infratores, inclusive, conforme a gravidade da falta, com a cassação do respectivo Alvará de Estacionamento.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

CAPÍTULO VII  
DO COORDENADOR DE PONTO DE TÁXI E SEUS AUXILIARES

**Art. 58.** Os Permissionários de cada ponto de táxi privativo deverão, anualmente, eleger um coordenador e 1 (um) auxiliar, sem qualquer ônus para o Município, aos quais caberá zelar pela disciplina do local e pelo cumprimento das normas legais e regulamentares.

§ 1º Os permissionários e prepostos poderão votar e serem votados para escolha do coordenador e seus auxiliares.

§ 2º Os auxiliares substituirão o coordenador em suas ausências ou impedimentos, observando-se, na ordem de substituição, o número de votos com que se elegeram e, em caso de empate, o mais idoso.

§ 3º Os eleitos deverão apresentar-se a SMT pessoalmente ou representado pelo sindicato da categoria, com os documentos firmados pela maioria dos concessionários ou permissionários ou auxiliar de coordenador, respectivamente, ficando esses documentos arquivados no órgão.

§ 4º A eleição de que trata o *caput* deste artigo, poderá ser coordenada pelo sindicato da categoria e/ou pela SMT.

CAPÍTULO VIII  
DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR LOTAÇÃO

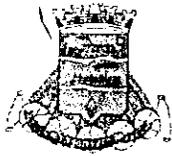
**Art. 59.** Somente em caráter excepcional e mediante prévia autorização da SMT, os veículos de aluguel (táxi) poderão ser utilizados no transporte de passageiros por lotação, com limite máximo de 4 passageiros, sem a utilização dos pontos de táxis.

CAPÍTULO IX  
DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS E CONDUTORES DE TÁXIS

**Art. 60.** Os permissionários e condutores de táxis deverão respeitar as disposições legais e regulamentares, bem como facilitar por todos os meios a atividade da fiscalização municipal.

**Art. 61.** As empresas permissionárias são obrigadas a:

I - manter a frota em boas condições de tráfego;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

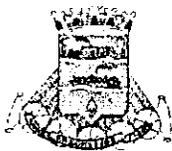
- II - manter atualizado a contabilidade e o sistema de controle operacional da frota, exibindo-os sempre que solicitado a fiscalização municipal;
- III - oferecer aos órgãos próprios da Prefeitura resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados, para fins de controle e fiscalização;
- IV - manter atualizadas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias;
- V - ser proprietária de no mínimo 2 (dois) taxis;
- VI - registrar condutores em número pelo menos, igual a quantidade de veículos da frota;
- VII - manter capital social realizado ou integralizado, suficientes para a execução dos serviços;
- VIII - entregar a SMT relação de condutores registrados e mantê-la atualizada;
- IX - manter toda a frota no período diurno e, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no período noturno, bem como aos sábados, domingos e feriados;
- X - manter sobre os condutores, rigorosa fiscalização quanto ao comportamento e aparência física;
- XI - comunicar a SMT quaisquer alterações de localização da sede, escritório e área destinada ao estacionamento dos veículos.

**Art. 62.** Os motoristas profissionais são obrigados a:

- I - manter o veículo em boas condições de tráfego, zelando pelo conforto, segurança e higiene, facilitando sua identificação;
- II - fornecer a SMT, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle de fiscalização;
- III - manter atualizadas as obrigações fiscais e previdenciárias.

**Art. 63.** Constitui obrigação de todos os condutores e do motorista profissional autônomo de táxi, observar os deveres e proibição do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente:

- I - tratar com respeito, urbanidade e cortesia os passageiros, os colegas e os funcionários da SMT;
- II - trajar-se adequadamente usando camisa com mangas, calça comprida e devidamente calçado, sendo vedado o uso de chapéu e similares;
- III - não recusar passageiros, salvo nos casos previstos em Lei;
- IV - não cobrar preço em excesso;
- VI - não retardar propositadamente a marcha do veículo nem seguir ou recusar itinerário mais extenso ou desnecessário, ou interromper percurso e exigir pagamento antecipado;
- VII - não permitir excesso de lotação;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

VIII - não efetuar transporte remunerado, sem que o veículo esteja devidamente licenciado para esse fim;

IX - trazer consigo o cartão de permissão, se proprietário, e, também, o registro de condutor se apenas motorista;

X - não permanecer por mais de 30 (trinta) dias fora do ponto de táxi, sem a autorização da SMT;

XI - não forçar a saída de colega estacionado ou dificultar o seu estacionamento em ponto rotativo;

XII - não lavar o veículo no ponto ou logradouro público;

XIII - não aliciar passageiros;

XIV - não abastecer quando transportando passageiros;

XV - não trafegar com documentos obrigatórios vencidos;

XVI - não fazer ponto, nem embarcar ou desembarcar, em local não permitido;

XVII - não usar o veículo para a prática de atos suspeitos ou delituosos;

XVIII - não apresentar documentos rasurados ou adulterados;

XIX - não utilizar combustível proibido pelas normas específicas em vigor.

**Art. 64.** Os motoristas profissionais autônomos e condutores de táxi não são obrigados a transportar:

I - pessoas cujas roupas ou objetos que portarem possam danificar o veículo ou prejudicar as suas condições de asseio;

II - pessoas anormais, quando não acompanhadas;

III - pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas;

IV - pessoas que quando, solicitada, não se identificarem após as 20 (vinte) horas;

V - animais de nenhuma espécie.

**Art. 65.** É obrigatório o transporte de bagagem do passageiro, desde que as suas dimensões, natureza e peso, não prejudiquem a conservação e higiene do veículo.

**CAPÍTULO X**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 66.** A inobservância das obrigações estatuídas neste Regulamento e nos demais atos regulamentares, sujeitará o infrator as seguintes penalidades, aplicadas separadas ou cumulativamente:

I - advertência;

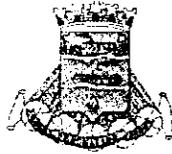
II - multa;

III - suspensão ou cassação do registro do condutor;

IV - suspensão ou cassação do alvará de estacionamento;

*RM*

*[Handwritten signature]*



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

V - suspensão ou cassação do Termo de Permissão;

VI - impedimento para prestação do serviço, inclusive com a apreensão do veículo.

**Art. 67.** Dependendo de sua natureza ou tipicidade, as infrações poderão ser constatadas pela fiscalização em campo e/ou nos arquivos da SMT.

**Art. 68.** Constatada a infração, será lavrado na SMT o auto de infração, e entregue ao permissionário por via postal, mediante recibo ou aviso de recebimento dos correios (AR) ou no ponto de táxi designado pela SMT.

§ 1º Se no momento em que for constatada a infração, o agente fiscalizador da SMT tiver condições de autuar imediatamente o permissionário infrator, este deverá ser o procedimento adotado.

§ 2º Caso a autuação não tenha sido feita de imediato à constatação da infração, a SMT terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência da mesma, para autuar o infrator, sob pena de arquivamento do auto de infração.

§ 3º Caso o infrator não seja localizado para ser autuado pessoalmente ou via postal, a autuação será feita por edital de citação.

§ 4º Em caso de citação por edital, considerar-se-á autuado o permissionário infrator, após 30 (trinta) dias de sua publicação.

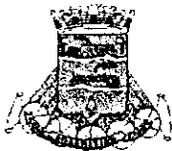
**Art. 69.** Aos permissionários ou condutores de táxi, serão aplicadas penalidades nos seguintes casos:

I - não tratar com respeito e urbanidade os passageiros, os colegas de serviço e o público, bem como não se trajar adequadamente - advertência;

II - na reincidência, multa no valor de 36 (trinta e seis) UFIR's para o permissionário, e suspensão do Registro de Condutor pelo prazo de 4 (quatro) a 10 (dez) dias para o condutor;

III - recusar passageiros, salvo nos casos previstos em lei: Multa no valor de 36 (trinta e seis) UFIR's ao permissionário, e suspensão do Registro de Condutor, pelo prazo de 5 (cinco) a 15 (quinze) dias ao condutor; na reincidência, multa e suspensão poderão ser aplicadas em dobro para ambos reincidentes;

IV - transitar com veículo em más condições de funcionamento, segurança, higiene ou conservação: - Multa no valor de 70 (setenta) UFIR's, e suspensão do Registro de Condutor e/ou Cartão de Permissão, até a apresentação do veículo já reparado para vistoria; na reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

V - desrespeito a tabela de tarifas ou a capacidade de lotação do veículo: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's, ou suspensão do Registro de Condutor, pelo prazo de 10 (dez) a 30 (trinta) dias; na reincidência, a mesma penalidade e multa poderão ser aplicadas em dobro, sem prejuízo da suspensão do cartão respectivo pelo prazo de 30 (trinta) dias;

VI - efetuar transporte remunerado com o veículo não licenciado para esse fim: Multa no valor de 70 (setenta) UFIR's ao permissionário e suspensão do Registro de Condutor ou Cartão respectivo, pelo prazo de 20 (vinte) dias; na reincidência, multa e suspensão poderão ser aplicadas em dobro;

VII - utilizar o veículo em transporte de passageiros por lotação, sem a devida autorização da SMT: Multa no valor de 70 (setenta) UFIR's, ou suspensão do Registro de Condutor pelo prazo de 10 (dez) dias; na reincidência, multa poderá ser cobrada em dobro e cassação do Registro de Condutor;

VIII - permitir que o condutor não registrado dirija o veículo: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's ao permissionário; na reincidência, multa em dobro;

IX - não ter em seu poder o Cartão de Permissão: Advertência e multa no valor de 20 (vinte) UFIR's; na reincidência, multa poderá ser cobrada em dobro e suspensão do Registro de Condutor pelo prazo de 5 (cinco) dias;

X - não portar, o condutor, comprovante de registro no CONDUTAX da SMT ou o mesmo estar com a sua validade vencida: Advertência; na reincidência, multa no valor de 36 (trinta e seis) UFIR's e suspensão do Registro de Condutor pelo prazo de 5 (cinco) dias;

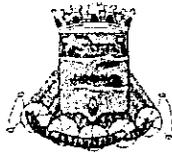
XI - não manter no veículo, em lugar visível, o cartão de identificação do permissionário ou condutor auxiliar, e tabela de tarifas, emitida pela SMT: Advertência e multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e suspensão do Registro de Condutor ou do cartão respectivo pelo prazo de 5 (cinco) dias;

XII - recusar a fiscalização a exibição dos documentos que lhe forem exigidos: Multa no valor de 50 (cinquenta) UFIR's e apreensão do veículo até a apresentação dos documentos na SMT; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e apreensão do veículo, até a apresentação dos documentos à SMT;

XIII - não renovar o Termo de Permissão dentro dos critérios estabelecidos pela SMT e das exigências regulamentares: Multa no valor de 29 (vinte nove) a 57 (cinquenta e sete) UFIR's e apreensão do veículo até a regularização;

XIV - permanecer fora de circulação por tempo superior a 30 (trinta) dias, sem autorização da SMT: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) a 70 (setenta) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro;

XV - forçar a saída de colega estacionado ou dificultar o seu estacionamento em ponto rotativo: Advertência escrita e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e suspensão de 5 (cinco) a 10 (dez) dias do Registro de Condutor ou cartão respectivo;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

XVI - agredir moral e fisicamente o Agente Fiscalizador ou o passageiro, comprovado a sua culpabilidade: Cassação do Registro de Condutor ou do Termo de Permissão;

XVII - lavar o veículo no ponto ou em logradouro público: Multa no valor de 10 (dez) UFIR's; na reincidência, multa poderá ser cobrada em dobro;

XVIII - desrespeito a delimitação e ao horário de utilização da Bandeira 2: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e suspensão do Registro de Condutor, ou do Cartão respectivo, pelo prazo de 10 (dez) dias;

XIX - dirigir em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias entorpecentes: Multa no valor de 71 (setenta e uma) UFIR's e apreensão imediata do veículo por 24 (vinte e quatro) horas; na reincidência, cassação do Registro de Condutor ou cartão respectivo;

XX - aliciar passageiros: Advertência e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXI - cobrar transporte de volume acima da tarifa oficial ou por recusar o transporte de bagagem do passageiro, salvo se as dimensões e pesos da bagagem vierem a prejudicar a conservação do veículo: Advertência e multa de 36 (trinta e seis) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXII - abastecer quando transportando passageiros: Advertência e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

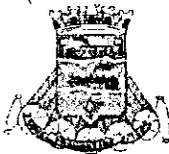
XXIII - colocar no veículo, acessórios, decalques, inscrições ou letreiros não autorizados: Advertência e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXIV - deixar de comunicar a SMT, a mudança de garagem, domicílio seu e do condutor: Advertência e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXVIII - estar com documentos obrigatórios vencidos, ou trafegar sem os mesmos: Multa no valor de 36 (trinta e seis) UFIR's, retenção do Registro de Condutor e do cartão respectivo; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e apreensão do veículo pelo prazo de 5 (cinco) dias;

XXIX - fazer ponto, embarcar ou desembarcar em local não permitido: Advertência e multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXX - alterar a característica dos veículos, inclusive a inscrição do número da permissão disposto nas portas dianteiras, nas dimensões aprovadas pela SMT, sem a prévia autorização: Multa no valor de 18 (dezoito) UFIR's; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães. s/n., Araguatins/TO

XXXI - interromper o percurso independentemente da vontade do passageiro e exigir pagamento, salvo nos casos de vias sem condições de tráfego: - Advertência escrita e multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's, na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro;

XXXII - usar o veículo para prática de atos suspeitos ou delituosos, se comprovado judicialmente: cassação do Registro do Condutor e do Termo de Permissão;

XXXIII - negar socorro à vítima de acidente ocasionado por terceiros ou por si: Multa de 35 (trinta e cinco) UFIR's, e suspensão do Registro de Condutor e do Cartão respectivo por 10 (dez) dias; na reincidência, multa e suspensão poderão ser cobradas em dobro;

XXXIV - apresentação de documentos rasurados ou adulterados: Apreensão dos documentos, multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's, suspensão do Registro de Condutor ou cartão respectivo por 5 (cinco) dias; na reincidência, a multa e suspensão poderão ser cobradas em dobro;

XXXV - utilizar combustível proibido pelos termos das normas vigentes: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's, apreensão do cartão respectivo e retenção do veículo;

XXXVI - qualquer alteração da característica do ponto de táxi, tanto quanto da sinalização horizontal e vertical do mesmo: Multa no valor de 35 (trinta e cinco) UFIR's, apreensão do Alvará de Estacionamento por 5 (cinco) dias; na reincidência, a multa poderá ser cobrada em dobro e cassação do alvará de estacionamento.

**Art. 70.** Todas as penas pecuniárias aplicadas pela SMT são de responsabilidade solidária do permissionário, ou proprietário do veículo de aluguel a taxímetro.

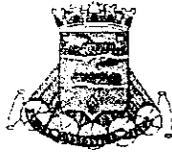
**Parágrafo único.** As infrações cujas penalidades não estejam previstas neste Regulamento serão punidas com multas que podem variar de 27 (vinte e sete) a 71 (setenta e uma) UFIR's.

**Art. 71.** A suspensão do Cartão de Permissão, Alvará de Estacionamento ou Registro de Condutor, acarretará a apreensão do respectivo documento, durante o prazo de duração da pena.

**Art. 72.** A aplicação das penas de suspensão, cassação e multa, terá deliberação, pela Comissão de Julgamento de Infrações da SMT.

§ 1º A deliberação pela cassação deverá sempre ser referenciada pelo órgão responsável.

§ 2º Confirmada a pena de cassação, a sua imposição dependerá de ato próprio do Prefeito Municipal.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

**Art. 73.** O infrator terá, a partir da notificação da multa, prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa escrita, dirigida à Comissão de Julgamento de Infrações de transportes da SMT, instruída, desde logo, com as provas que possui, ou para proceder o seu recolhimento voluntário.

*Parágrafo único.* A não apresentação de defesa dentro do prazo legal implicará no julgamento à revelia, com a aplicação das penalidades correspondentes.

**Art. 74.** Das decisões não caberá recurso.

**Art. 75.** Os recursos deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação feita diretamente ao infrator, ou da publicação de breve edital em Jornal de grande circulação nesta cidade.

**CAPÍTULO XI**  
**DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Art. 76.** As tarifas para a remuneração dos Serviços de Transporte Individual de Passageiros em Automovel de Aluguel - TAXI, serão fixadas e, quando necessário, revisadas e reajustadas por ato do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 10, XII, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 77.** Considerando a planilha de custo e os estudos desenvolvidos pela SMT, no que se refere a cálculo tarifário, serão observados os seguintes aspectos:

I - a justa remuneração do capital investido para a prestação dos serviços, ora regulamentados, proporcionando o equilíbrio econômico-financeiro entre a receita e o custo do sistema;

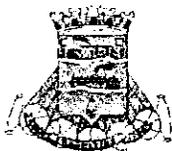
II - a cobertura dos custos do transporte oferecido em regime de eficiência;

III - a manutenção dos níveis de serviços estipulados por este Regulamento;

IV - a revisão periódica das tarifas estabelecidas e o controle permanente das informações necessárias ao cálculo tarifário.

**CAPÍTULO XII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 78.** O poder de polícia administrativa será exercido pela SMT que é competente para apurar as infrações praticadas, estabelecendo as penas cabíveis em cada caso.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**

Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

**Art. 79.** A Prefeitura poderá exercer a mais ampla fiscalização e proceder vistoria ou diligência, com vista ao cumprimento das disposições deste Regulamento, bem assim, sempre que houver interesse público, restringir ou ampliar a quantidade de táxis em circulação no Município.

**Art. 80** O permissionário poderá ser representado pelo sindicato ou por procurador credenciado junto a SMT, para cuidar de assuntos relacionados com o serviço definido neste Regulamento.

**Art. 81.** O Curso Especial de Treinamento e Orientação destina-se a propiciar aos proprietários de empresas e aos motoristas de taxis, um perfeito entendimento das normas de transportes e das demais obrigações a que se refere este Regulamento, bem como, conhecimento sobre prevenção de acidentes, socorros de emergência, princípios de relações humanas, de cortesia e higiene, localização das principais vias e logradouros públicos, hotéis, casas de saúde, templos e outros estabelecimentos de interesse educativo, recreativo e turístico.

**Art. 82.** O Presidente da SMT poderá firmar convênio com o sindicato da categoria, com o órgão do Governo Federal, Estadual e Municipal, relativamente aos assuntos de que trata este Regulamento, sempre que entenda conveniente para o aprimoramento do Serviço de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel providos de taxímetro e sua fiscalização.

**Art. 83.** A SMT manterá registro atualizado das permissões, em nome de:

- I - empresa permissionária;
- II - motorista profissional autônomo.

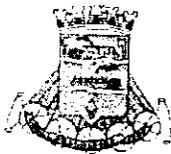
**Art. 84.** O Cartão de Permissão ou qualquer outro documento cuja expedição seja requerida, será arquivado e cancelado sempre que o interessado não retirar até 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do despacho de deferimento.

*Parágrafo único.* Decorrido 30 (trinta) dias da data do cancelamento ou do arquivamento, o documento caducará automaticamente.

**Art. 85.** Não será expedido, renovado ou transferido o Termo de Permissão relativo a quem esteja em débito com o Município, por tributos próprios da atividade ou multas que digam respeito ao veículo ou ao serviço ora regulamentado.

**Art. 86.** A SMT utilizará para base de cálculo das taxas, multas e cauções de que trata este Regulamento, a UFIR.

**Art. 87.** Quando a transferência beneficiar menor, a permissão prevalecerá até a maioridade, podendo o mesmo tornar-se permissionário, atendidas as demais exigências legais.



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
Praça Anselmo Ferreira Guimarães, s/n., Araguatins/TO

§ 1º Prevalecerá a permissão ao incapaz, comprovada essa condição.

§ 2º Nos casos previstos neste artigo, para a viúva e o menor, será permitido dar o veículo em arrendamento a terceiros, com o contrato devidamente formalizado e levado o registro na SMT.

**Art. 88.** A renovação quadrienal do Termo de Permissão importará na renovação anual do Cartão de Permissão, sendo necessária a vistoria do automovel e a apresentação dos seguintes documentos:

- I - comprovante de quitação sindical;
- II - taxa de vistoria;
- III - Certidão de Quitação Municipal ;
- IV - cópia do Certificado de Relicenciamento do Veículo;
- V - prova de que sua inscrição e obrigações para com o INSS estão em dia.

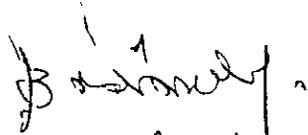
**CAPÍTULO XIII**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

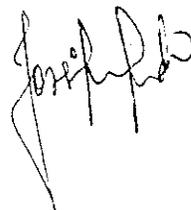
**Art. 89.** Aplicar-se-á às permissões, para a exploração dos Serviços de Transporte Individual de Passageiros em Automovel de Aluguel - TAXI, sejam essas por prazo determinado ou indeterminado, por este Regulamento, bem como as leis e normas nele mencionadas, sempre que forem pertinentes.

**Art. 90.** O Termo de Permissão limita ao permissionário seus direitos como tal, podendo o mesmo ser revogado pela autoridade competente, unilateralmente e independentemente do reconhecimento por parte deste Município de quaisquer direitos que o permissionário possa alegar em seu favor, desde que o serviço seja executado em desacordo com o referido Termo de Permissão ou com este Regulamento.

**Art. 91.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente Municipal de Trânsito, em consonância com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 92.** Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

  
RONALD CORRÊA DÁ SILVA  
Prefeito



  
23